

A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Estava destinado que êste artigo fôsse escrito quando a tranquilidade tivesse voltado ao nosso país, passado o medonho cataclismo que acaba de assolar a humanidade, e que, tendo tido como consequência o resurgimento de várias nacionalidades, deixou outras sepultadas nos seus escombros, e quasi todas profundamente feridas e perturbadas.

Por um acidente, que à razão repugnaria prevêr, reviveu-se num instante trágico o tempo da fêra humana das cavernas, armada para o mais hediondo combate com todos os requintes da destruição, adquiridos pelos prodigiosos progressos das modernas civilisações.

A assinatura, emfim, pela Alemanha, do tratado de Versailles, em 10 de fevereiro, facto culminante do restabelecimento da paz, determinou a oportunidade desta publicação.

Comtudo, infelizmente, ainda por vezes violentas labaredas, irrompem do rescaldo, e a humanidade está longe de obter o descanso e confiança mútua, indispensáveis para rapidamente serem retemperadas as forças exaustas.

A constituição da *Liga das Nações*, em que a Espanha veio logo ocupar um distinto lugar, espalhou uma intensa esperança de concórdia. Mas é para lamentar que, desgraçadamente, se manifeste um organismo débil, sendo exactamente a grande potência dos Estados Unidos da América do Norte, a quem deve a paternidade, aquela que mais contribue para o seu atrofamento. Neste momento, e depois de vivas discussões, ainda não obteve o tratado de Versailles a ratificação daquele país. O arco da aliança, que nos tempos bíblicos tranquilizou a humanidade, e que deveria manifestar-se hoje por êste organismo, não encontra facilmente, nem sol, nem meio que o façam brilhar aos olhares anciosos das populações desvairadas por tanto sofrimento.

Densas nuvens, prenhes de ameaças, pairam sôbre a hu-

manidade dilacerada, faminta e desnorteada. Também en-sombram este formoso país, favorecido pela natureza com vantagens excepcionais, — um ceo de um límpido azul e um clima temperado pelas brizas do Oceano, que o banha ao longo da sua longa costa; constituído por uma população laboriosa, sofredora, e ao mesmo tempo valente e homogénea, com as melhores condições para tornar facilíma a sua administração.

Para Portugal dá-se o estranho caso de ainda neste momento não poder considerar-se juridicamente um facto a paz. O tratado de paz ainda não obteve a ratificação do nosso parlamento, apesar de terem decorrido mais de 9 meses depois da sua assinatura em Versailles, e não deverem prever-se dificuldades para a sua aprovação.

Mas como não é oportuno demorar mais esta publicação, que é sobretudo de homenagem aos nossos aliados, e como também é de esperar que a ratificação do tratado se realize com toda a brevidade, sem que haja motivo para supôr-se que o problema nacional sofra alteração durante este curto interregno, ocupar-me-hei já do objecto deste artigo. — «Rápido exame do estado económico do país e suas causas; dos seus recursos a aproveitar e remédios a empregar». Uso de remédios implica a existência de um estado patológico. Será o caso desta nação?

Afirmarei já que é completa a minha confiança no resurgimento do nosso país. Várias vezes tem sido crítica a situação de Portugal, e contudo as nossas fôrças teem conseguido vencer. Para não irmos mais longe, basta recordar a crise de 1890. É mesmo conveniente lembrar, para afastar descrenças, como então Portugal conseguiu rapidamente reanimar-se e obter uma elevada consideração mundial, a qual se afirmou com as visitas recebidas dos chefes de Estado da Inglaterra, França e Alemanha, e testemunhos de cordialidade da Espanha e Brasil, onde era anciosamente esperada a visita do nosso chefe de Estado, então El-Rei D. Carlos.

Mas ninguém pode duvidar da gravidade da situação em que nos encontramos, e é indispensável que todo o país dela tenha conhecimento exacto, para contribuir com todas as suas fôrças, com a maior abnegação e inteligência, para a salvação da pátria portuguesa.

E para justificar estas considerações, que não pretendem alarmar, mas sómente prevenir, limitar-me-ei a transcrever a carta, publicada no *Diario de Noticias*, de 16 do corrente mês, do nosso ministro em Paris, Sr. João Chagas, a qual

tem particular importância pela situação que o seu autor ocupa no actual regime e na diplomacia:

«... Sr. Director do *Diario de Noticias*. — Inseriu há pouco tempo o jornal que V. dignamente dirige, um artigo de crítica à acção dos agentes diplomáticos da República no estrangeiro, e no qual o seu autor estranhava que por parte destes, não se manifestasse uma maior actividade em refutar as informações que a miúdo correm na imprensa estrangeira sobre a situação interna de Portugal.

«Telegrafei nessa ocasião a V. fazendo-lhe ver quanto havia de injusto nos reparos desse artigo, e manifestando-lhe a minha opinião, formada por alguns anos de experiência, sobre as realidades da situação de Portugal, nas suas relações com a opinião pública no estrangeiro. Concordou V. com o meu ponto de vista, sentindo eu apenas que não desse a essa concordância maior publicidade do que ela teve no telegrama com que se dignou responder ao meu.

«Sobrevindo agora, na imprensa francesa, uma nova vaga de rumores pessimistas sobre Portugal, permita V. que eu volte ao assunto e o traga para as colunas do seu jornal. Faço-o com tanto maior desafoço, quanto não me proponho ocupar-me de mim, mas do país e dos graves inconvenientes que resultam para elle, não já das campanhas tendenciosas que tanto inquietaram o autor do artigo a que me refiro, mas da ressonância que tem cá fóra as perturbações que realmente o agitam, e este pensamento, creio, não poderá ser mal acolhido no *Diario de Noticias*.

«A concepção, segundo a qual a diplomacia da República pode modificar de qualquer modo as tendências da opinião pública no estrangeiro a nosso respeito, pela refutação das notícias falsas que uma ou outra vez se espalham na imprensa sobre a situação do nosso país, é completamente erronea.

«Não são as notícias falsas, mas as verdadeiras, que comprometem Portugal no estrangeiro.

«A refutar as falsas, tenho eu passado o já longo tempo das minhas funções em França, e ainda não consegui firmar no espírito público deste país a ideia de que o nosso se estabilizou. O meu esforço tem sido tenaz — permita V. que me conceda a mim próprio este galardão — mas o esforço alheio em o contrariar tem sido ainda maior. O crédito das nações — este é o facto — é feito por elas mesmas, e não há inimizade, não há malevolência, não há capricho que consigam

destruí-lo, quando elas estão empenhadas em o fundar; mas quando esse empenho não existe e são elas próprias que deixam cair o seu crédito das mãos, não há diligência, não há zêlo, não há patriotismo que o levante.

«Os inconvenientes desta situação são terríveis. As nações precisam tanto de consideração como os homens, e é cousa sabida, que não há nações pequenas para os efeitos da consideração pública. O que se faz baixar no crédito das outras não são as suas proporções, mas a sua conduta. Esta é uma força moral que facilita todos os empreendimentos e afasta todos os perigos. Quando essa força veio a faltar, a nação que a perde vê tolhidos todos os seus movimentos de progresso, porque ninguém a ajuda e está exposta a todos os riscos, porque ninguém a respeita.

«Os consideráveis interesses que Portugal tem a defender não serão nunca salvaguardados, nem pela força das armas, nem pela influência das alianças, mas tão somente e unicamente pelo poder moral de que a nação dispuzer. Se esse poder se enfraquecer até ao ponto de desaparecer completamente, ficaremos expostos a todas as eventualidades.

«Saímos da Conferência da Paz com a força que nos prestaram os actos, grandes ou pequenos, que nos levaram até lá. Dissipar essa força é dissipar o maior património moral que ainda nos tem vindo às mãos. Cada dia que passa no entanto elle diminue e eu não sei a que chegaremos se o esgotarmos completamente, isto é, se um dia vier, não muito distante, em que se instale definitivamente no espirito das nações a ideia de que sofremos de um mal que não tem cura.

«Agora mesmo correm nos jornais de Paris, e de resto nos de todo o mundo, os boatos mais pessimistas sobre o nosso país, e veja V. a facilidade com que a imprensa os ocolheu. É que, Sr. Director, dez anos de perturbações levaram o espirito público no estrangeiro a acreditar em tudo o que se lhe diga sobre a nossa situação interna.

«Aproveitando esta tendência da opinião, agências ou agentes instalados no país visinho, e cuja actividade só é comparável à nossa em lhes fornecer ensejo de a exercerem, lançam mão de todos os pretextos, e ao menor ruído que se ouça do lado de Portugal, espalham pela Europa uma aluvião de notícias terroristas como essa que correu agora e que está a dar a volta ao mundo, de que Lisboa proclamára uma república de «soviets».

«Estas falsidades chegam sempre mais cedo do que os desmentidos das Legações, que só vêm forçosamente tarde,

porque nenhum agente diplomático de Portugal ousa já hoje, creio eu, assumir a responsabilidade de afirmar que o país está tranquilo, sem se assegurar primeiro de que realmente o está, e entretanto o efeito que se desejava produzir com essa publicidade maligna é plenamente atingido; mas na realidade não é ela que faz a opinião a nosso respeito. Essa opinião está feita. Ela não faz senão alimentá-la.

«Esta situação, disse eu, oferece terríveis inconvenientes, mas o que deveria ter dito, é que ela contém para nós a eventualidade de terríveis perigos. Estes perigos são frequentemente anunciados em Portugal sob a forma de vagas profecias. O conhecimento que tenho das condições da nossa política externa, impõe-me o dever de os tornar mais precisos.

«A defeza do nosso domínio colonial está unicamente dependente das garantias morais que ainda soubermos dar, de que somos dignos de o possuir e aproveitar. Se essas garantias não se tornarem efectivas, isto é, se o país não se mostrar desde já à altura das reponsabilidades que contráe com a civilização todo o povo moderno que possui colónias, nem o prestígio do nosso passado colonial, nem o poder das nossas alianças, serão bastante fortes para as pôr ao abrigo da dispersão.

«O pensamento que nos levou à guerra foi o de a garantir por detrás do escudo moral do nosso direito, afirmado pela força das armas, e nenhuma garantia teria sido mais sólida se esse pensamento tivesse sido secundado pelo patriotismo de todos. Não o tendo sido, como não foi, fiar a sua defeza de uma acção que não teve finalidade, seria requintada imprudência. Os actos humanos, assim os das nações como os dos indivíduos, não valem pelo que prometem, mas pelo que dão. O nosso acto, mal consumado, deu pouco.

«Isto quanto às colónias. Quanto a nós mesmos, isto é, quanto à nossa casa, devemos ter cuidado em não fazer dentro dela tanto lume que demos à impressão de que estamos a arder. A Europa encontra-se num tal estado de sobressalto que uma fogueira assusta-a, e seria para nós o maior dos perigos que nos tornássemos para ela numa causa de inquietação. Há grandes e pequenos incêndios. Lembremo-nos de que os pequenos incêndios se apagam depressa e com pouca água.

«Eu termino. Muito teria ainda a dizer sobre este assunto, mas o meu pensamento ao escrever esta carta, não foi o de divagar. Colocado pela República num posto de observação

donde se descortinam perspectivas que escapam talvez às suas vistas, entendi que era do meu dever comunicar-lhe de um modo rápido e directo as minhas apreensões. A isso me limito.

«Quando os franceses pretendem avisar de algum perigo, costumam dizer — «*casse-cou*» — o que significa: cuidado! cautela! É o que eu me permito dizer ao país: cuidado! cautela!

«Desculpe-me V., Sr. Director, se com esta simples advertência, eu tiver tomado muito espaço ao seu jornal, e com os meus agradecimentos pela publicação desta carta, queira aceitar os protestos da minha consideração.

«Paris, 8 de Março de 1920. — *João Chagas*».

*
* *

Rapidamente exporei alguns dos factos que melhor podem ser aproveitados para caracterizar a situação, bastando para se assentar na sua gravidade a opinião geral, e sobretudo as apreciações ainda há pouco expostas nas duas casas do parlamento, tanto pelos elementos do governo, como pelos deputados e senadores de todos os agrupamentos políticos, quando, por ocasião da apresentação do orçamento, o *deficit* previsto provocou as mais graves e acerbas considerações. Obrigado a restringir este trabalho limitar-me ei aos factos de mais fácil observação — câmbios, circulação fiduciária, débitos do tesouro, *deficits*, comércio externo e interno, alta dos preços, emigração, gréves e educação.

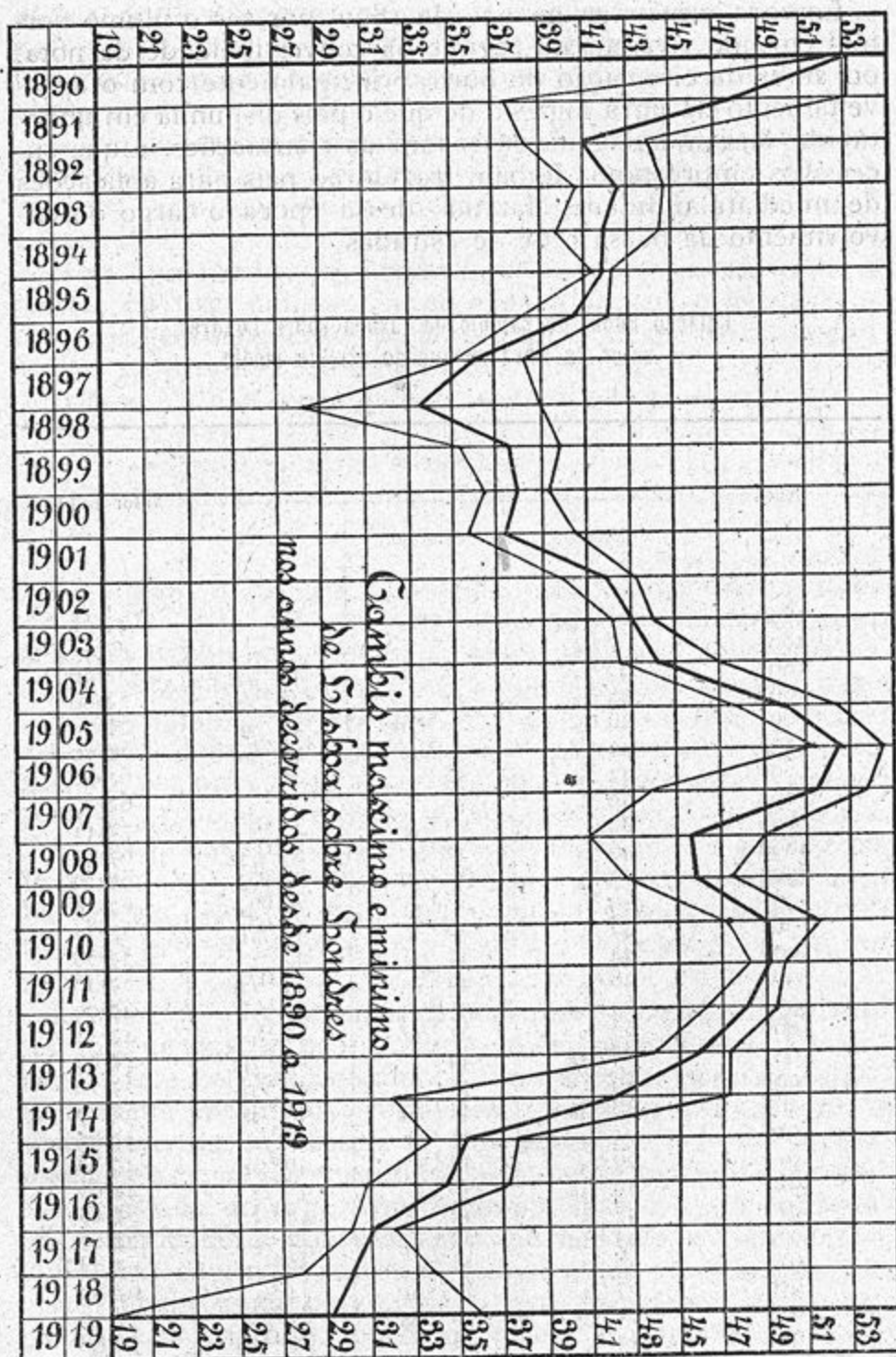
Câmbios. — A vida internacional das sociedades, com incessante desenvolvimento, tanto em extensão como em intensidade, tem na cotação cambial um indicador precioso, eminentemente apropriado para aferir a situação das nações. A observação da sua escala é de natureza a dar indicações análogas às que são fornecidas pela escala termométrica sobre o estado do organismo humano, mas a sua apreciação exige meticolosos cuidados pela necessidade de atender a complexas causas, traduzidas a final numa única indicação.

Na tabela junta e no gráfico correspondente, estão registados os câmbios, máximo, médio e mínimo, de Lisboa sobre Londres, para os anos decorridos desde 1890 até 1919.

Lembra principiar no ano de 1890, por ser o último normal em que vivemos no regime da convertibilidade da nota, ou antes da circulação do ouro, principalmente com o aproveitamento da libra inglesa, de que o país dispunha em quantidade largamente suficiente para as transacções, e que successivos empréstimos tinham trazido ao país para applicações de immediata utilidade, datando dessa época o largo desenvolvimento da nossa rede de estradas.

Cotação anual do câmbio de Lisboa sobre Londres,
e valor da libra cheque ao câmbio médio

Anos	Câmbio			Valor da libra
	Máximo	Mínimo	Médio	
1890	53 $\frac{7}{32}$	52 $\frac{1}{2}$	53	4\$53
1891	53 $\frac{1}{8}$	38	—	—\$—
1892	43 $\frac{3}{4}$	38 $\frac{3}{4}$	40 $\frac{31}{32}$	5\$86
1893	44 $\frac{3}{4}$	41	42 $\frac{27}{32}$	5\$60
1894	44 $\frac{1}{2}$	39 $\frac{15}{16}$	41 $\frac{7}{16}$	5\$79
1895	42 $\frac{1}{16}$	41 $\frac{5}{16}$	42 $\frac{7}{64}$	5\$70
1896	42 $\frac{2}{80}$	38 $\frac{1}{4}$	41	6\$85
1897	38 $\frac{3}{4}$	35	36 $\frac{1}{2}$	6\$59
1898	39	28 $\frac{7}{16}$	33 $\frac{3}{4}$	7\$11
1899	40 $\frac{1}{8}$	35 $\frac{1}{8}$	37 $\frac{13}{32}$	6\$42
1900	39 $\frac{5}{8}$	36 $\frac{5}{8}$	37 $\frac{31}{32}$	6\$32
1901	39 $\frac{3}{4}$	36 $\frac{1}{8}$	37 $\frac{19}{32}$	6\$38
1902	43	40 $\frac{1}{16}$	41 $\frac{15}{16}$	5\$72
1903	44	42 $\frac{5}{16}$	43	5\$58
1904	46 $\frac{3}{4}$	42 $\frac{7}{8}$	44 $\frac{11}{32}$	5\$35
1905	52 $\frac{5}{16}$	47 $\frac{3}{4}$	50 $\frac{1}{16}$	4\$79
1906	53 $\frac{3}{8}$	51 $\frac{3}{16}$	52 $\frac{3}{4}$	4\$55
1907	53 $\frac{5}{16}$	44	51 $\frac{11}{16}$	4\$64
1908	49	41	46 $\frac{5}{32}$	5\$19
1909	48 $\frac{5}{16}$	42 $\frac{15}{16}$	46 $\frac{9}{32}$	5\$17
1910	51 $\frac{3}{4}$	47 $\frac{5}{16}$	49 $\frac{1}{32}$	4\$89
1911	50 $\frac{1}{4}$	48 $\frac{3}{8}$	49 $\frac{3}{32}$	4\$88
1912	49 $\frac{7}{16}$	46 $\frac{1}{2}$	48 $\frac{1}{2}$	4\$95
1913	47 $\frac{1}{2}$	43	45 $\frac{3}{4}$	5\$23
1914	47 $\frac{1}{16}$	32 $\frac{1}{2}$	42 $\frac{3}{8}$	5\$66
1915	38	33 $\frac{5}{8}$	35 $\frac{21}{32}$	6\$73
1916	37 $\frac{1}{4}$	30 $\frac{15}{16}$	34 $\frac{3}{8}$	6\$97
1917	32 $\frac{7}{16}$	29 $\frac{15}{16}$	31 $\frac{7}{32}$	7\$67
1918	34 $\frac{3}{4}$	28	30 $\frac{13}{32}$	7\$88
1919	35 $\frac{3}{8}$	19	29 $\frac{1}{4}$	8\$19



A apreciação da nossa situação económica pelo câmbio sobre Londres é um facto corrente e justificado, tanto pelas especiais relações dos dois países e importância do seu comércio, o que adiante porei em evidência, como também por serem os Bancos ingleses os principais intermediários das transacções mundiais, e dispôr a Inglaterra de um instrumento monetário, a libra, geralmente aproveitado, devido às condições especiais da sua cunhagem. Demais, até há pouco a supremacia comercial da Inglaterra deu a este país um largo período de estabilidade para a sua unidade monetária, que por isso servia com vantagem para aferir as moedas dos outros países.

A guerra, que tantas perturbações causou, não podia deixar de afetar o valor da moeda dos países em luta. Assim sucedeu, tendo atingido os seus efeitos proporções aterrorizantes. Só um dos países combatentes escapou — os Estados Unidos, o que não surpreende devido à sua entrada tardia na luta, quando da guerra já tinha tirado lucros enormes que absorveriam grande parte do ouro dos países beligerantes da Europa.

Para todos os outros países a cota cambial demonstra o seu estado de sofrimento, e dá a indicação do seu estado febril. E é curioso como a comparação é aqui justificada, observando como todos estes países procuram meios artificiais para debelar a febre; o que se compreende pela necessidade de aliviar o organismo, embora momentaneamente, para haver tempo de se fazer a fundo o seu tratamento.

Dos países do Ocidente, é sobretudo em França e Portugal que o estado é mais agudo. Em todo o caso, consideravelmente mais para Portugal, sem a justificação que existe para a França de ter sido o campo da batalha e de ter sofrido a mais larga e cruel devastação.

A Bélgica, embora tenha também sofrido extraordinariamente, tem conseguido uma considerável melhoria com a superior competência da sua administração, e admiráveis qualidades de trabalho e disciplina do seu povo, que, com uma população pouco superior à de Portugal, e um terço do nosso território, chegou a um movimento comercial seis vezes maior, representativo de uma situação excepcionalmente próspera.

A Inglaterra, apesar do extraordinário esforço que realizou militarmente e financeiramente, devido à sua admirável administração, sae da guerra com uma dívida que é quasi equivalente à soma que adiantou aos outros países beligerantes,

e tendo aproveitado cautelosamente, sobretudo os recursos do imposto e do empréstimo, sofre uma pequena depreciação na libra, que pode ser apreciada pela sua cota em dolares, que, na Bolsa de Londres, foi em 31 de março de 3,92, o que representa para a libra uma depreciação de cerca de 20 0/0.

Mas de todos os países vencedores, Portugal apresenta um estado incomparavelmente mais grave, que assumiu proporções assustadoras depois de terminada a guerra.

Desde então, e quando a nação esperava um período de tranquilidade e conforto, a *debâcle* cambial, significativa de grave doença, atingiu proporções trágicas e nunca sonhadas. O mínimo de 28 que marcou o estado agudo da crise que sofremos em seguida a 1890, é já uma nota apetecida, chegando-se nos fins do último ano a 19, mínimo que vai inscrito. Mas, infelizmente, o desastre não parou ali, e, em presença da situação alarmante a que chegámos em fevereiro último, foi julgada indispensável uma medida extraordinária. Desta vez não se pôde recorrer às doses massiças de quinino, que está caríssimo, e por isso usou-se de um expediente mais simples — quebrou-se o termómetro posto a marcar 17 1/2. Foi mais um desastre, porque assim pode dizer-se que ficámos como uma nau sem leme em mar tormentoso; o termómetro conserva-se inalterável, mas como a escuridão é completa não se marcha, e os negócios ainda por este motivo são mais prejudicados. No entanto através das trévas, ao longe, vislumbra-se uma tenue luz que nos deixa ver que na bolsa de Londres, em 31 de março, é a cotação do escudo 14,50! E será caso para nos felicitar-mos, porquanto, depois de tão precipitados erros, peor devia esperar-se, havendo ainda a notar que a situação chegou ao ponto de não ter cotação o escudo na Bolsa de Madrid.

Para mais completa apreciação, notaremos que a nossa moeda, tomando para comparação a libra, chegou a ter o seu valor reduzido a pouco mais de um quarto, exactamente 27 0/0. No mesmo dia a cotação em francos era de 57,05, o que reduz o valor do franco a 44,3 0/0.

Circulação fiduciária e débito do tesouro ao Banco de Portugal. — Desde o segundo semestre de 1891 vive Portugal no regime da nota inconvertível, e por isso com uma moeda de valor intrínseco nulo, e de valor convencional principalmente dependente da reserva metálica do Banco de Portugal e da balança económica.

Há a observar que reduzidos á moeda nota não é para

surpreender que a importância da circulação fiduciária tivesse um rápido aumento, que se aprecia comparando a de 1890, 8:605 contos, com a de 1892, 50:218 contos. Corresponde este aumento, de 41:613 contos, muito sensivelmente, ao desfalque de ouro que o país sofreu nessa ocasião, e, portanto, pode admitir-se que não houve exagêro na emissão, que durante os 17 anos decorridos desde 1892 a 1908, aumentou em 19:814 contos, passando para 70:032, cêrca de 1:000 por ano, o que deveria ser pouco para as necessidades de um país em que, mesmo agora, é ainda insignificante o aproveitamento do chèque. Ao mesmo tempo a reserva metálica do Banco de Portugal, em ouro e prata, foi crescendo sucessivamente, para atingir nesse período o máximo de 13:262 contos em 1898, e descer para 12:073, com varias oscilações. A proporção da reserva metálica, que tinha sido máxima em 1896, 21,7 %, ficou nesse ano em 17,2 %.

Circulação fiduciária e dívida do tesouro ao Banco de Portugal,
em 31 de dezembro de cada ano, em contos

Anos	Circulação fiduciária	Dívida do tesouro	Anos	Circulação fiduciária	Dívida do tesouro
1890	8:605	8:016	1905	67:814	53:092
1891	34:761	23:563	1906	68:602	52:508
1892	50:218	34:097	1907	70:967	54:290
1893	52:253	35:871	1908	70:162	59:721
1894	53:132	38:560	1909	70:032	58:493
1895	55:922	39:091	1910	78:071	66:205
1896	58:934	41:029	1911	82:421	71:356
1897	65:060	48:569	1912	84:603	72:840
1898	69:655	54:078	1913	86:569	71:080
1899	68:568	55:470	1914	96:459	79:779
1900	68:137	55:624	1915	115:020	101:924
1901	68:757	55:207	1916	140:377	124:458
1902	69:021	55:891	1917	193:131	161:815
1903	69:478	56:463	1918	273:834	227:705
1904	68:807	54:923	1919	370:627	319:645

Se o uso da circulação era imposto pela falta do ouro, pela impossibilidade de o adquirir por meio de empréstimos, e insuficiente vantagem da balança económica para o trazer ao nosso país, o mesmo não pode dizer-se do aproveitamento que dela se fez, — quasi em exclusivo proveito do tesouro.

Efectivamente o débito do tesouro ao Banco, que era de 8:016 contos em 1890, elevou-se rapidamente a 31:097 em 1892, e estava em 58:493 em 1909, com um movimento ascendente médio anual de 1:284 contos, devendo reconhecer-se a cautela havida no aproveitamento dêste recurso.

Desde 1909 até 1914, em que a fatalidade nos envolveu na devastadora guerra, que, embora terminada há quasi ano e meio, ainda nos abraza, a situação não tomou aspecto grave, e deve observar-se o facto importante de ter sido remida a dívida flutuante externa. A circulação durante êste período aumentou de 26:427 contos, 5:285 por ano, tendo atingido 96:459 contos.

A reserva metálica que em 1913 chegára ao máximo de 16:242 contos, descera em 1914 para 13:645 contos, 14,1 %, e a dívida do tesouro elevava-se a 79:779 contos, com um aumento de 21:288, 4:258 por ano.

Mas com o ano de 1915 começa uma corrida vertiginosa para uma situação perigosissima. Em 31 de dezembro de 1919, a circulação eleva-se a 370:627 contos, mais 274:168 do que em 1914, com 5 anos decorridos. Relativamente à reserva metálica teve um pequeno aumento. Passa de 11:822 contos em 1916 para 26:220. Êste aumento resultou quasi exclusivamente da prata 14:380 contos. A percentagem ficou, porém, reduzida a 7 %.

Durante o mesmo período a dívida do tesouro aumentou de 239:866 contos. Marcou 319:645 contos em 31 de dezembro último.

No entanto a disponibilidade oferecida pelo Banco de Portugal para as transacções e emprêzas particulares, que é quasi constante desde 1892 até a 1915, cerca de 15:000 contos, exactamente 16:121 em 1892 e 13:096 em 1915, tomou os seguintes valores:

Anos	Contos	Anos	Contos
1916	15:918	1918	46:129
1917	31:316	1919	50:982

Desde 1917 eleva-se consideravelmente a parte da circulação reservada ao público, em 1918 e 1919 a cerca do triplo da média referida. Comtudo se observarmos que os preços

quadruplicaram, pelo menos, para a maior parte dos productos, deve reconhecer-se que longe de melhorar, foi reduzido o auxílio neste sentido prestado directamente pelo Banco.

Deficits. — Está fóra do objecto dêste rápido artigo tratar da situação financeira. Comtudo é bem sabido que entre a situação económica e a financeira existem estreitas ligações, e que, sobretudo, as recíprocas influências tomam grande importância quando as respectivas acções se manifestam em mau sentido.

É o caso presente, devendo observar-se quanto tem preocupado os estadistas situações financeiras, que poderiam ser consideradas admiráveis relativamente à que se nos oferece agora.

Para elucidação damos em seguida o quadro dos *deficits* das gerências decorridas desde 1890-1891 até 1914-1915:

Anos	Contos	Anos	Contos
1890-1891	13:619	1903-1904	4:278
1891-1892	14:653	1904-1905	1:817
1892-1893	5:626	1905-1906	2:653
1893-1894	120	1906-1907	3:880
1894-1895	1:175	1907-1908	2:108
1895-1896	1:492	1908-1909	2:973
1896-1897	10:589	1909-1910	2:864
1897-1898	7:236	1910-1911	1:341
1898-1899	3:959	1911-1912 (a)	6:817
1899-1900	6:450	1912-1913 (a)	sup. 3:437
1900-1901	2:827	1913-1914 (a)	sup. 2:820
1901-1902	5:500	1914-1915 (a)	29:035
1902-1903	4:096		

O orçamento de 1914-1915 previa um superavit.

A divida flutuante externa, que atingiu o máximo de 14:189 contos em 1907, desceu sucessivamente até 1914, ano em que o Estado chegou a ser crédor de 721 contos. Nesta altura, porém, surge a guerra, e a divida externa, especialmente à Inglaterra, toma largo incremento, devendo hoje

(a) Sujeitos a ligeiras rectificações.

cifrar-se em bastantes dezenas de milhares de contos. Ao mesmo tempo os *deficits* adquirem proporções aterradoras.

O orçamento de 1915-1916, na parte denominada *orçamento de guerra*, já prevê um *deficit* de 115:000 contos. O orçamento há pouco apresentado comporta também um *deficit* de 115:064, resultante da diferença entre 234:679 contos de despesas e 119:615 de receitas, sem referência aos encargos da dívida externa. Medidas ulteriores devem tê-lo elevado a 135:000 contos, e não é exagerado calcular que a dívida do Estado terá aumentado em mais de 700:000 desde o início da guerra. Só a circulação fiduciária cabem cerca de 300:000 contos. Estes números justificam bem as dolorosas e graves apreciações com que as câmaras e o país receberam tão alarmante notícia, que para nós tem de ser considerada especialmente debaixo do ponto de vista do provável agravamento da situação económica, como consequência de um desmedido aumento da circulação fiduciária, destinado exclusivamente a ocorrer à angustiosa situação financeira.

Movimento comercial externo. — É sempre um elemento de particular interesse, e para Portugal muito especialmente, pela influência que tem na balança económica, e por isso nas facilidades da vida do país.

Eis o resumo do nosso comércio especial, importação para consumo e exportação nacional e nacionalizada, com exclusão do ouro e prata em barra e em moeda, e com indicação do total, e do *deficit*, desde 1890, em contos:

Anos	Importação para consumo	Exportação nacional e nacionalizada	Total	Deficit
1890	44:305	21:539	65:844	22:766
1891	59:509	21:379	60:888	18:130
1892	30:829	24:631	55:400	6:198
1893	38:307	23:408	61:705	14:899
1894	35:667	23:924	59:591	11:743
1895	39:841	26:961	66:802	12:830
1896	39:530	26:139	65:669	13:391
1897	40:425	27:311	67:736	13:114
1898	48:606	31:124	79:730	17:482
1899	50:640	28:804	79:444	21:836
1900	59:724	30:931	90:655	28:793
1901	57:823	28:282	86:105	29:541
1902	55:597	28:435	84:032	27:162

Anos	Importação para consumo	Exportação nacional e nacionalizada	Total	Deficit
1903	58:806	30:603	89:409	28:203
1904	62:131	30:711	92:842	31:420
1905	60:678	28:969	89:647	31:709
1906	60:391	30:593	90:984	29:798
1907	60:815	30:429	91:244	30:386
1908	67:248	28:377	95:625	38:871
1909	64:758	30:879	95:637	33:879
1910	69:506	35:714	105:220	33:792
1911	68:126	34:064	102:190	34:052
1912	74:615	34:317	108:932	40:298
1913	88:978	35:286	124:264	53:692
1914	69:330	27:146	96:476	42:184
1915	76:144	33:630	109:744	42:484
1916	129:310	56:015	185:325	73:295
1917	137:405	55:189	192:594	82:216

Pelo interesse que tem, damos igualmente o movimento do ouro e prata em barra e em moeda, durante o mesmo período, em contos:

Anos	Importação	Exportação	Diferença entre a exportação e importação
1890	-	-	-
1891	8:268	29:803	+ 21:535
1892	3:760	9:345	+ 5:585
1893	1:530	5:929	+ 4:399
1894	826	3:883	+ 3:057
1895	1:143	2:308	+ 1:165
1896	1:284	3:737	+ 2:453
1897	256	2:196	+ 2:079
1898	2:196	2:079	- 187
1899	898	1:216	+ 318
1900	482	1:635	+ 1:153
1901	369	1:381	+ 1:012
1902	400	1:071	+ 671
1903	497	1:297	+ 800
1904	444	728	+ 284
1905	595	503	- 92
1906	666	347	- 319
1907	285	926	+ 641
1908	292	1:605	+ 1:313
1909	1:885	919	- 966
1910	616	613	- 3

Anos	Importação	Exportação	Diferença entre a exportação e importação
1911	9 ⁵ 4	417	— 537
1912	1:072	641	— 431
1913	962	1:398	— 436
1914	1:012	1:703	+ 691
1915	3:478	2:736	— 742
1916	469	451	— 18
1917	177	—	— 177

Lembrando a divergência havida entre distintos economistas, como M. Thery e Srs. Anselmo de Andrade, Basílio Teles, Oliveira Salazar e Vieira da Rocha, sobre o equilíbrio entre os débitos e créditos de Portugal, baseada na meticolosa apreciação dos recursos e compromissos do país, julgo a propósito interessante notar como superiormente a essas observações, por vezes difíceis de justificar, para se resolver o caso dentro dos estreitos limites de poucos milhares de contos, a conjunção dos elementos que nos fornecem os quadros relativos aos câmbios, movimento comercial e movimento do ouro e prata, dá indicações seguras sobre a situação próspera de Portugal, desde 1904 a 1912, convergindo no ano de 1906 para a sua demonstração um excesso de importação de metais preciosos, que já tinha tido também lugar em 1905, com um importante excesso de importações, que se acentua desde 1900, e o câmbio máximo sobre Londres de 53 ³/₈, e médio de 52 ³/₄. É evidente que estes factos só podem ter explicação com uma favorável balança económica.

Desde 1916 o excesso das importações adquire proporções enormes. Deveria esperar-se o contrário, em vista da proximidade de Portugal dos países beligerantes, e das suas relações com os aliados. E agora, longe do bom sintoma notado em 1906, e que se conservou durante alguns anos, de uma cotação cambial que não affligia, sendo ainda em 1914 a média de 42 ³/₈, o câmbio desceu assustadoramente, chegando no ano findo a 19, e ultimamente a 14.

Alguns factores favoráveis há a registar. É o capítulo das matérias primas para as artes e indústrias que toma considerável valor, 77:013 contos em 1917. Tendo subido sómente de 32:493 contos para 38:118, desde 1911 a 1915, passou em 1916 para 67:622. Nas exportações é o vinho o produto que

conserva maior importância: quasi metade da exportação em 1916, atinge nos últimos anos valores enormes, que podem avaliar-se com a maior exactidão pelo exame da estatística inglesa *The Wine Trade Review*, pois basta observar a nossa exportação para Inglaterra para se verificar esta afirmação.

Eis as indicações referidas no número de janeiro último, relativas aos anos de 1917, 1918 e 1919:

Quantidades			Valores		
1917	1918	1919	1917	1918	1919
gals 2.578:120	gals 6.669:253	gals 13.462:253	£ 702:609	£ 3.340:651	£ 8.533:390

Por elas se vê que só para a Inglaterra se elevou a nossa exportação de vinho, em 1919, a 122:318 pipas, e o seu valor, pelo câmbio médio deste ano, atinge a importante cifra de 69:376 contos.

A estatística dos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano indica que a exportação vinícola continua a ser importante, tendo saído pela barra do Porto cerca de 22:084 pipas com o valor de 8:964 contos.

Deve observar-se que os números indicativos do comércio externo não podem ser considerados como uma exacta expressão da verdade atenta a forma como são colhidos por declaração dos interessados: maior confiança merecem as informações fornecidas sobre vinhos pela *The Wine Trade Review*. Também para os tornar comparáveis seria preciso atender às variações cambiais; mas pode contar-se com que os valores relativos não serão muito afectados, e que por isso são justificadas as conclusões sobre eles formuladas.

Há, porém, uma observação de particular importância que infelizmente lança uma luz pouco animadora sobre a nossa situação, embora se refira á época, um pouco recuada, em que principiou a guerra, mas que melhor pode servir para apreciar o desenvolvimento económico do país. É a comparação do aumento do comércio especial de Portugal desde 1900 a 1913, com o aumento do mesmo comércio na Bélgica, Holanda e Dinamarca, países da Europa de que as condições são muito semelhantes às nossas, embora dispo-

nam cada um deles sómente de cêrca de um terço da área de Portugal, apreciado em contos pelo câmbio ao par:

Portugal (89:789^{k2}, 5.960:056 hab.)

	1898	1912	Aumento	Percentagem anual
Importação	48:604	74:615	26:011	3,2
Exportação	31:124	34:317	3:293	1,1
Total	79:728	108:932	29:304	2,6

Bélgica (29:455^{k2}, 7.516:730 hab.)

	1898	1912	Aumento	Percentagem anual
Importação	368:046	892:440	524:394	10,2
Exportação	321:660	711:270	389:610	8,7
Total	689:706	1.603:710	913:904	9,5

Holanda (32:000^{k2}, 5.858:975 hab.)

	1898	1912	Aumento	Percentagem anual
Importação	673:725	1.354:875	681:150	6,6
Exportação	568:500	1.167:375	598:875	7,5
Total	1.242:225	2.522:250	1.280:025	7,3

Dinamarca (39:422^{k2}, 2.775:075 hab.)

	1898	1912	Aumento	Percentagem anual
Importação	91:980	205:502	113:522	8,8
Exportação	56:076	147:808	91:732	11,7
Total	148:056	353:310	205:254	9,9

O exame destes quadros é tristemente demonstrativo do nosso atraso, de uma grande inercia, que renega a actividade e brio de outros tempos em que aqueles países ocupavam uma situação modesta, e Portugal ostentava um florescente desenvolvimento. Até em confronto com a Dinamarca, com uma população pouco superior a um terço da nossa, e que se encontra numa posição desfavorecida pela natureza, é notável a nossa inferioridade, dando-se de mais a circunstância de se agravar constantemente. E sem querer sobrecarregar mais as côres que este quadro nos oferece, e que os últimos anos não modificam, devendo de mais observar-se que correram em excepcionais circunstâncias, só referirei mais um facto suficiente para nos chamar à realidade, e que ainda aproveitarei da comparação com a Dinamarca, visto que a nossa antiga rival, a Holanda, se tem distanciado tanto com um comércio total especial que em 1912 atingiu a enorme importância de 2.522:250 contos, enquanto o nosso ficava em 108:932, que já está fora dos limites da comparação.

E corrente cantar-se Portugal como um país essencialmente agrícola. Animam os factos ao menos esta pretensão? Demonstrem eles realmente que o esforço português corresponde às condições vantajosas que levam àquela consideração? É infelizmente sabido que não dispomos em ramo algum das raças apuradas que países importantes pela indústria, como a Inglaterra, teem obtido. Mas o que é mais grave é a comparação da exportação de substâncias alimentícias de Portugal e da Dinamarca. Exceptuando animais, bebidas e cereais, foi em 1913 — da Dinamarca 121:445 contos — de Portugal 6:485! Ao todo a exportação portuguesa nacional e nacionalizada só atingiu 36:684 contos, inferior à de laticínios da Dinamarca. E é para notar que na exportação de substâncias alimentícias, cujo valor foi nesse ano de 19:284 contos, cabe aos vinhos e seus derivados 64 %, 12:276 contos. É este valor, quasi constante há muitos anos, da nossa exportação vinícola, a parte mais valiosa da exportação total, e ainda agora é ela que nos vale com o extraordinário incremento que adquiriu e já referimos.

Como motivos importantes para o vagaroso desenvolvimento do comércio externo, temos a nossa diminuta marinha mercante, e as deficientes condições dos nossos principais portos, Lisboa e Porto, apesar do primeiro poder ser um dos melhores do mundo. Comtudo, o comércio das nossas colónias e as nossas especiais relações com o Brazil deve-

riam facilitar o desenvolvimento da marinha mercante portuguesa.

Para melhor se apreciar a nossa situação, debaixo d'este ponto de vista, damos em seguida a nota do número de barcos e tonelagem, referida a 1914, dos países que já atrás considerei:

Países	Número de barcos	Tonelagem
Holanda	809	766:819
Dinamarca	3:638	562:316
Bélgica	105	181:637
Portugal	325	114:037

Para serem devidamente apreciadas as necessidades do país nos diferentes ramos de comércio, publicamos em seguida por classes da pauta, relativamente aos anos decorridos desde 1910 a 1913, as diferenças entre as exportações e importações, em contos:

	1910	1911	1912	1913
1.ª Animais vivos.....	+ 78	+ 911	+ 526	+ 242
2.ª Matérias primas para as artes e indústrias	— 22:815	— 25:353	— 25:762	— 25:081
3.ª Fios, tecidos, pêlos e respectivas obras..	— 4:764	— 6:160	— 6:805	— 6:873
4.ª Substâncias alimentícias	+ 3:073	+ 6:238	+ 2:749	+ 5:946
5.ª Aparelhos, instrumentos, máquinas, utensílios, etc... ..	— 4:559	— 5:983	— 6:248	— 9:870
6.ª Manufaturas diversas..	— 2:771	— 3:623	— 4:626	— 5:197
Total.....	— 31:738	— 33:925	— 40:166	— 50:726

Vê-se que sómente em animais vivos e substâncias alimentícias, temos pequenos excessos de exportações.

Devo observar que de modo algum é indispensável que as exportações sejam inferiores às importações para se concluir

a prosperidade de um país. O que é importante é a soma global de exportações e importações e a certeza de que não há *deficit* na balança económica, pois a dar-se este facto, a não ser acidentalmente para ocorrer a despesas com obras de reconhecida urgência e utilidade, prepara-se a ruína.

Comércio interno. — Limitar-me-ei a notar que apesar do aspecto que tem tomado nos últimos tempos de uma extraordinária actividade, com uma desenfreada especulação favorecida pelo alargamento da circulação fiduciária, deve ter recaído sobre menor quantidade de géneros; e nem o valor adquirido pela exportação dos vinhos corresponde a maior movimentação de quantidade, sendo curioso que até a exportação de 1919 que, como vimos, atingiu considerável valor, pouco se afasta da massa habitual que há muitos anos anda em volta de 200:000 pipas, como se verifica pelo movimento de exportação depois de 1900:

Anos	Pipas	Anos	Pipas
1900	165:732	1908	168:329
1901	158:143	1909	172:507
1902	167:899	1910	231:107
1903	155:924	1911	232:979
1904	145:870	1912	229:383
1905	180:000	1913	215:886
1906	181:598	1914	171:692
1907	182:115	1915	194:239

A importação que mais poderia contribuir para animar o movimento comercial, como a de cereais e assúcar, também não tem aumentado.

A de trigo em grão diminuiu de 1916 para 1917 de 184.182:066 quilos para 55.627:767.

Em 1915 fôra de 131.380:945.

Para o assúcar a média destes dois últimos anos foi de 26:000 toneladas, tendo sido de 29:497 e 33:346 nos dois anos anteriores, 1916 e 1917, em todos inferior à importação que ainda tivemos em 1915 de 35:289.

É interessante observar que a capitação do consumo de assúcar, considerada um sinal característico da vida de um país, tinha em Portugal o valor mínimo de 6 kilos, muito

inferior ao de todos os outros países: atingia 42 kilos na Inglaterra. Agora acha-se reduzida entre nós, que somos um importante país produtor a cerca de 4 kilos!

O facto da redução da importação de géneros implica já uma consequente redução de transacções, e o exame do tráfego ferro-viário, demonstra de modo seguro esta redução. Mas exactamente como consequência da falta de mercadorias resultou maior especulação nas transacções.

Sendo a Companhia Portuguesa a que explora a nossa principal artéria ferro-viária, basta examinar o seu movimento. Em contos subiu a sua receita de 1911 a 1918: em passageiros de 2:552 contos para 4:307; em grande velocidade de 461 para 2:138; e em pequena velocidade da 3:070 para 5:822. Mas apesar do aumento sucessivo das receitas: 6:856 contos em 1914; 7:776 em 1915; 9:835 em 1916; 11:196 em 1917; e 13:210 em 1918, devendo observar-se que neste ano 4:647 provieram das sobretaxas, o transporte de mercadorias decresceu consideravelmente nos últimos anos, como se vê pela comparação dos anos de 1917 e 1918, e saber-se que em 1919 ainda foi mais reduzido o movimento:

	1917	1918	Diferença
Bagagens.....	9:644 t.	9:490 t.	— 154 t.
Grande velocidade	111:263	158:941	+ 47:678
Pequena velocidade ...	1.706:405	1.548:611	— 157:854

Mostra este quadro que de 1917 para 1918 houve no transporte de mercadorias uma diminuição de 110:330 toneladas.

É oportuno observar que o movimento foi consideravelmente prejudicado pelas dificuldades com que as companhias de caminhos de ferro lutaram por causa da falta de carvão e material, e por causa das grêves.

Demais é indispensável melhorar as condições de tracção afim de facilitar os transportes, e consequentemente adquirir maior actividade o comércio, e obtermos o enriquecimento do país. São insuficientes os 3:111 quilómetros de caminhos de ferro em exploração, 2:506 de via larga, e 600 de via estreita, servidos por uma ainda mais insuficiente rede de

estradas, hoje na maior parte necessitadas de grandes reparações.

Alta dos preços. — É um facto que não exige meticolosas observações para ficar constatado. Toda a população o sente, e a carestia consequente da vida é objecto de constantes reclamações e de um aluvião de medidas governativas com que, sem dúvida, muito tem sido agravadas as dificuldades gerais que, exactamente em Portugal, deviam ter insignificante repercussão.

Porquê? Porque as condições do nosso clima reduzem consideravelmente as exigências da alimentação. Porque dispomos na metrópole e colónias, de condições vantajosíssimas para podermos assegurar mesmo largamente a alimentação, principalmente por que as exigências da produção e dos transportes deviam ser facilmente satisfeitas com um aumento razoavel dos preços.

A verdade, porém, é que — nem por via marítima, nem terrestre, foi devidamente garantida a facilidade dos transportes; que na maior parte dos casos as medidas adoptadas só contribuíram para reduzir as culturas dos principais géneros de consumo, os cereais; e que a desordem geral provocou uma consideravel redução do trabalho, exactamente no momento em que mais preciso era intensificá-lo. Para que a perturbação fôsse máxima, tivemos ainda as circunstâncias que provocam uma grande desvalorização da moeda.

É certo que causas gerais produzem constantes oscilações dos preços com períodos mais ou menos largos, e que há bastante tempo que nos encontravamos num período de alta de preços. Indicam os seguintes números o aumento do custo da vida desde 1900 a 1912, apurado por estudos competentes: para a Inglaterra e França 15 0/0; para a Alemanha 30 0/0; para a Bélgica 32 0/0; para a Áustria 35 0/0. Para os Estados Unidos da América do Norte, a percentagem ainda é mais elevada.

É natural que a guerra reduzindo os elementos de produção, aumentando as exigências, e facilitando a especulação, tenha produzido um encarecimento geral. E o que afirmam também os seguintes resultados obtidos para as percentagens indicativas do encarecimento da vida, desde julho de 1914 até dezembro de 1919: Inglaterra 131 0/0; Bélgica 261 0/0; França 183 0/0; Itália 189 0/0; Noruega 198 0/0; Suécia 209 0/0; Suíça 141 0/0; Estados Unidos 84 0/0; Espanha 57 0/0.

Para Portugal pode apreciar-se o encarecimento dos gé-

neros alimentícios pela seguinte tabela dos preços em Lisboa em junho de 1914 e fins de dezembro de 1919:

Gêneros	Unidades	Junho de 1914 (1)	Dezembro de 1919	Relação dos preços
Arroz.....	Quilo	\$13	\$60	4,61
Azeite.....	"	\$31	1\$10	3,55
Bacalhau.....	"	\$25	1\$40	4,60
Batatas.....	"	\$03	\$36	12,00
Carne de carneiro.....	"	\$24	\$90	2,76
Carne de porco.....	"	\$34	2\$00	5,88
Carne de vaca.....	"	\$27	2\$00	7,41
Chouriço.....	"	\$53	2\$60	4,90
Feijão.....	Litro	\$10	\$46	4,60
Grão de bico.....	"	\$11	\$24	2,18
Pão trigo (1. ^a qualidade)...	Quilo	\$09	Preço de tabela	-
Pão trigo (2. ^a qualidade)...	"	\$08	"	-
Toucinho.....	"	\$33	1\$60	4,85
Vinho.....	Litro	\$06	\$24	4,00
Café.....	Quilo	\$62	1\$40	2,25
Açúcar (2).....	"	\$25	Preço de tabela	-

Pode, pois, admitir-se que o custo da alimentação quasi que quintuplicou, e não será exagêro supôr que o mesmo succedeu com o vestuário. É fácil adivinhar a perturbação produzida nos orçamentos domésticos. Os proprietários de prédios arrendados, ou dependentes de estranhos para os amanhos, os portadores de títulos, e o funcionalismo, tem sido as principais vítimas. Os trabalhadores de toda a ordem tem conseguido uma situação vantajosa com uma considerável elevação dos salários, que em muitos casos tem quintuplicado.

No entanto a maior parte da população sofre. Nem pode deixar de ser, com a falta real do indispensável, apesar da abundância em que se vê de notas, cujo valor, é certo, decai a todos os instantes, resultando como consequência

(1) *Boletim de Previdencia Social*, n.º 1, pag. 39.

(2) O açúcar de que, segundo a tabela, o preço devia ser sómente duas a três vezes maior, tem sido vendido correntemente por 8 a 12 vezes mais.

maior incapacidade física para o trabalho, e sobretudo o justo receio de uma geração definhada, devido à miséria em que vai criada.

Para se apreciar a dependência em que Portugal tem estado das importações de substâncias alimentícias, damos em seguida o quadro das importações por países de origem, desde 1910 a 1913, em contos:

Países	1910	1911	1912	1913
Alemanha.....	970	1:889	1:603	2:351
Austria.....	830	632	883	1:060
Bélgica.....	72	104	99	126
China.....	248	74	217	251
Dinamarca.....	188	192	265	164
Espanha.....	330	972	644	469
Estados Unidos.....	454	179	1:018	2:378
Brazil.....	122	182	178	225
França.....	381	216	167	332
Holanda.....	727	689	968	1:138
Inglaterra.....	3:780	3:023	3:105	3:803
Itália.....	428	243	57	844
Marrocos.....	40	23	174	3
Noruega.....	1:150	1:215	2:059	2:107
Argentina.....	1:466	589	1:478	4:909
Rússia.....	1:903	—	504	273
Suécia.....	10	232	35	6
Suíssa.....	59	12	56	81
Turquia.....	91	62	296	302
Uruguai.....	1	2	18	36
Angola.....	241	320	311	595
Cabo Verde.....	112	124	60	63
S. Tomé e Príncipe.....	400	224	218	260
Moçambique.....	485	573	377	680
Índia.....	5	—	—	3
Macau e Timor.....	4	1	4	49
Total.....	14:418	11:783	14:898	22:518

Em 1913, ano em que a importação aumentou consideravelmente, predomina a de cereais e pescarias, respectivamente com 11:400 contos e 4:621.

E interessante notar, finalmente, que a perturbação causada pela variação dos preços, está dando lugar nos campos a um regresso às fórmulas primitivas, o abandono do uso da moeda. E agora vulgar na região de Coimbra o paga-

mento do trabalho a milho, um alqueire por 3 dias de trabalho.

Emigração. — É um fenómeno de particular importância para o estudo da vida de um povo. Sem entrarmos na sua discussão, observaremos simplesmente que se é verdadeiro o ditado — quem está bem deixa-se estar —, é justo admitir que quem se desloca quer pelo menos melhorar.

O que é certo é considerar-se um mal para um país uma forte emigração, e verificar-se que em regra as épocas de grande exodo são épocas de mal estar.

Há populações com especial disposição para se deslocarem? Há sem dúvida, e com vantagem para os países de origem quando a sua actividade fôr assim multiplicada e estabelecer para eles um importante caudal de riqueza.

Mas, como já disse, não se trata agora da discussão dêste assunto. É sabido que a Alemanha, por exemplo, desde que adquiriu o gráu de prosperidade que tinha nos últimos tempos, deixou de ser um país emigrante. E sabido é também que Portugal é um país com decidida tendência para a emigração. As Índias em tempos remotos, o Brazil desde muito, e decerto a África, daqui a pouco, teem sido e serão amplos sorvedouros das fôrças nacionais. Com vantagem? Com prejuizo?

O que em todo o caso sempre deve supôr-se, é que quem emigra não se sente completamente bem. Agora só examinaremos rapidamente as variações que tem tido a emigração de Portugal nos últimos tempos.

No quadro e gráfico junto está inscrita a emigração total, desde 1890 a 1917 no gráfico, e desde 1866 no quadro:

Emigração da metrópole nos anos decorridos desde 1866 a 1917

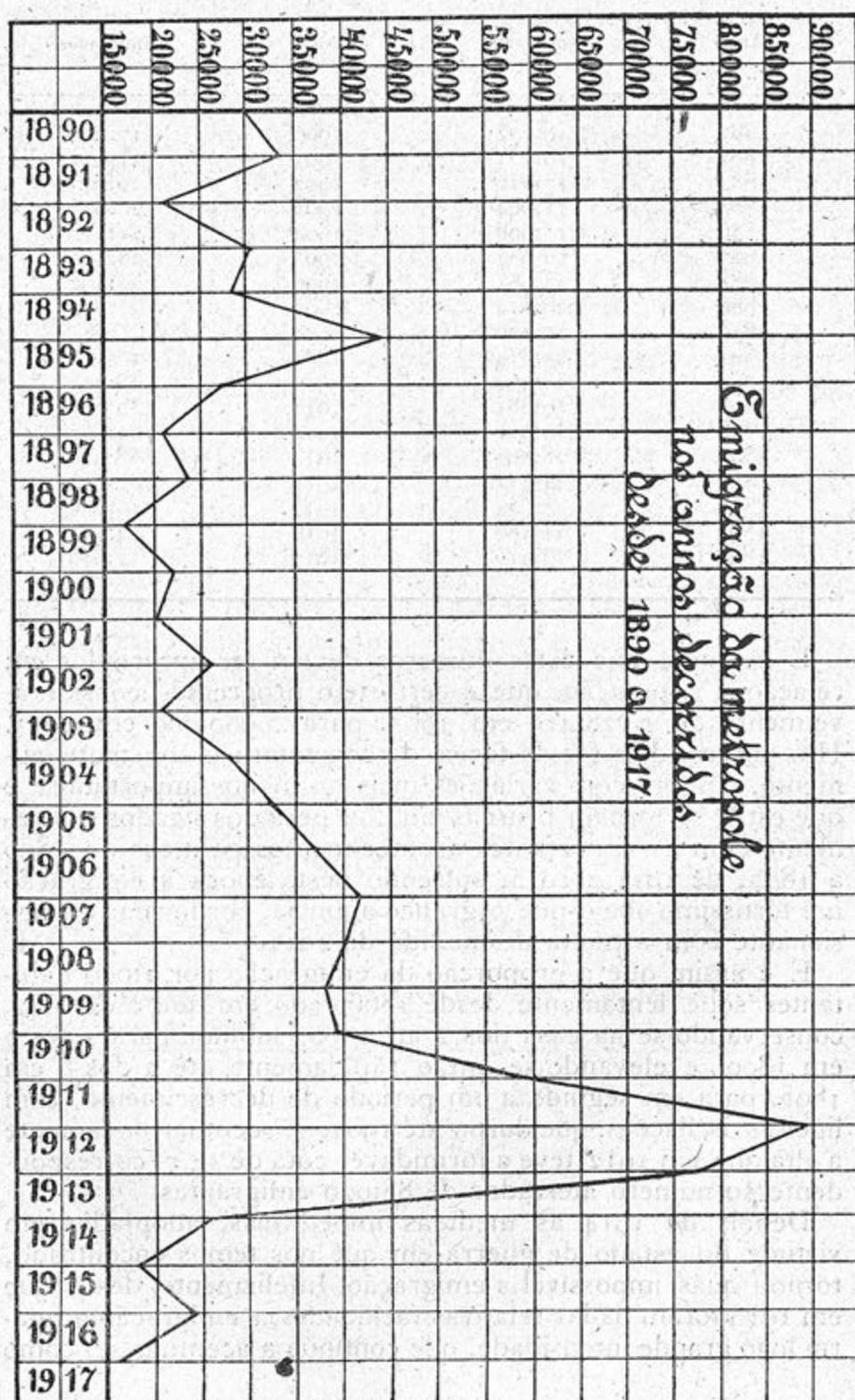
Anos	Emigrados	Anos	Emigrados
1866	6:026	1874	14:835
1867	7:200	1875	15:440
1868	6:742	1876	11:035
1869	8:415	1877	11:057
1870	10:409	1878	9:926
1871	12:607	1879	13:211
1872	17:284	1880	12:597
1873	12:989	1881	14:637

Anos	Emigrados	Anos	Emigrados
1882	18:272	1900	17:769
1883	19:251	1901	21:227
1884	17:515	1902	20:643
1885	15:004	1903	26:005
1886	13:998	1904	21:415
1887	16:932	1905	28:125
1888	23:981	1906	33:402
1889	20:514	1907	37:891
1890	29:506	1908	41:883
1891	29:314	1909	40:133
1892	33:450	1910	38:213
1893	20:881	1911	39:502
1894	30:226	1912	59:652
1895	28:802	1913	88:920
1896	44:211	1914	85:7a2
1897	27:554	1915	19:298
1898	21:188	1916	24:721
1899	23:416	1917	15:689

É evidente que estes números devem ser apreciados em relação à população, que é certo tem progredido consideravelmente de 4.128:410 em 1864, para 5.960:000 em 1911. Há, porém, dois factos fáceis de constatar: o constante aumento, embora com variações mais ou menos importantes, e que estas se tornam bruscas em dois períodos ligados exactamente com os importantes acontecimentos políticos de 1890 a 1895, de 1911 a 1913, sofrendo nesta época a emigração um fortissimo abalo que o gráfico anuncia, por forma impressionante com a ponta desmedida de 1912.

E é assim que a proporção da emigração por 1:000 habitantes sobe lentamente desde 1866, ano em que é de 1,42, conservando-se na casa dos 2 até 1880, subindo para a dos 5 em 1890, e elevando-se então rapidamente até à dos 8 em 1895, para em seguida a um período de decrescimento, com ligeiras oscilações, que durou até 1904, se acentuar novamente à alta que em 1912 teve a formidável cota de 14,7, correspondente ao número aterrador de 88:020 emigrantes.

Depois de 1914 as medidas impeditivas, adoptadas em virtude do estado de guerra em que nos temos encontrado, tornou quasi impossível a emigração. Infelizmente, desde que em 1919 foram dadas relativas facilidades, a emigração adquiriu logo grande intensidade, que continúa a acentuar-se, como



fácilmente se verifica no quadro seguinte, relativo à emigração do distrito de Coimbra até 1919.

A importância das indicações dadas pela emigração dêste distrito é fácil de apreciar por ocupar um dos primeiros lugares na escala: o 4.º no período de 1904 a 1908, com a taxa média anual de 9,60, sendo a mais alta a de Aveiro com 11,90; e o 6.º no período de 1909 a 1913, com a taxa de 14,35, tendo atingido o máximo o distrito de Bragança com 31,18.

Emigração do Distrito do Coimbra

Anos	Emigrados	Anos	Emigrados
1890	1:810	1905	2:176
1891	1:761	1906	2:232
1892	1:532	1907	3:380
1893	2:901	1908	3:298
1894	2:697	1909	2:749
1895	3:293	1910	3:067
1896	1:495	1911	4:298
1897	1:318	1912	5:833
1898	1:958	1913	4:426
1899	1:535	1914	1:349
1900	1:488	1915	875
1901	1:659	1916	653
1902	1:428	1917	597
1903	1:464	1918	610
1904	1:880	1919	2:334

Grêves. — É um flagelo dos mais prejudiciais que ultimamente se desencadeou sobre a humanidade. Limitado a uma parcela de um ramo industrial, produziria sómente perturbações locais sem grave influência sobre os organismos nacionais. Mas desde que afecta um serviço público, ou mesmo um daqueles de que depende o mecanismo comercial, a sua influência torna-se gravíssima, e difícil é apreciar as suas fatais consequências.

E o que é mais para ponderar é que, representando geralmente as grêves, na intenção dos seus promotores, uma reacção do trabalho contra o capital, segundo a crença corrente, em grande parte errada, aquelas a que me referi ferem indistintamente todas as classes, e sem dúvida, sofrem mais as que vivem em situação menos desafogada.

Não é agora ocasião de discutir aqui o direito legal, e principalmente o direito moral à greve. Que as suas consequências são geralmente análogas aquelas que o apólogo nos refere, quando no corpo humano também os membros resolveram fazer greve, é indiscutível; e ninguém poderá contestar que poderosamente concorreram para o encarecimento da vida, tornando-a difficilima para as classes menos abastadas, muitas das greves que últimamente nos affligiram, sobretudo aquellas que prejudicaram os serviços de transportes.

É sabido que durante longos períodos tivemos quasi paralizado o movimento marítimo, e em momentos em que a crise das subsistências era mais aguda, por causa das greves de diferentes classes de que depende o movimento de um porto de mar.

Pode o Estado, em nome dos altos interesses da ordem e da vida geral da sociedade empregar todos os meios para impedir estas perturbações? É assunto melindroso. Mas nenhuma dúvida tenho de que, num Estado em que a boa administração seja constante e superior preocupação dos seus homens públicos, há possibilidade de adoptar medidas que sem violências afastem quasi completamente tão perigosas perturbações.

O que, porém, é absolutamente inadmissível é que o Estado estabeleça doutrina que implique o reconhecimento legal da greve.

É sabido como muitos dos países, reputados mais avançados pela sua disposição para concessões tendentes à desorganização da sociedade, teem rápida e violentamente arripiado caminho, reconhecendo que, com a intenção de servirem o proletariado, só o tinham prejudicado. Não se atentou provavelmente neste facto quando entre nós foi publicado o decreto de 6 de dezembro de 1910, regulando o direito à greve.

Mas os seus resultados não se fizeram esperar, e abrindo brecha na ordem pública, esta rapidamente se tornou em largo boqueirão, por forma que o regulamento das gréves só serviu para que rebentassem impetuosamente, destruindo tudo, e logo o próprio regulamento, do qual nem foi respeitado o art. 10.º, que veda o direito à greve aos empregados e assalariados do Estado e das Câmaras Municipais, estabelecendo para o Estado, como empregário de serviços, uma singular excepção. Singular e injustificável incoherência no erro.

Admitido o princípio, e não tendo havido da parte dos dirigentes o meticoloso cuidado a que são obrigados pela elevada missão de que se incumbiram, aí tivemos ainda há pouco uma das mais formidáveis greves, nunca vista até hoje, a do funcionalismo público, que com excepção da classe telegrafo postal, exactamente aquela que, pela melindrosa natureza das suas funções, mais devia fugir ao uso dêste meio, demonstrou, comtudo, uma ponderação digna de registo.

Seria interessante uma estatística do movimento grevista. O pouco tempo de que disponho não me permite dá-la agora.

No seu interessante trabalho, *As greves*, dá o seu autor, o ilustre professor Sr. Dr. Fernando Emídio da Silva, notícia detalhada das grêves ocorridas desde o ano de 1872, em que Antero e José Fontana lançaram a semente no nosso país até ao fim do ano de 1911, estabelecendo dois períodos, um de 38 anos, até outubro de 1910, e outro de pouco mais de um ano, até ao fim de 1911. Nota-se que no primeiro período houve 168 greves, na quasi totalidade de pouca importância e todas de natureza local: em pouco mais de um ano, tempo que constitue o segundo período houve 142, muitas violentas e de natureza a perturbarem toda a vida social.

Desde 1912 até agora a intensidade do movimento grevista recrudesceu, e se proporcionalmente ao tempo não é maior o seu número, algumas tem bastado para produzir as mais graves perturbações e prejudicarem intensamente a vida nacional, como está bem gravado na lembrança de todo o país, para ser preciso fazer aqui mais referência a este momentoso assunto.

Educação. — É sem dúvida o assunto mais importante a considerar, e por isso mesmo o que mais tem de ser sacrificado nesta rápida exposição.

Compreende a educação vários ramos, podendo adoptar-se diferentes critérios para a sua classificação, mas bastará para aqui a apreciarmos considerar a instrução científica, artística e moral.

É infelizmente um facto de fácil verificação que em qualquer dos ramos apontados são desanimadores os resultados que se observam, e se é grave para a vida social que Portugal não disponha da capacidade científica e artística indispensável para se encontrar num estado de civilização em harmonia com o dos outros países que marcam uma situação avan-

cada, não o é menos que a instrução moral seja decadente ou atrofiada, porquanto se dela não depende imediatamente a situação material de um país, depende seguramente a sua felicidade. Do egoísmo e exigências materiais só há a esperar os mais tremendos cataclismos. Duma sociedade amoral só devemos esperar uma vida de lutas cruéis que, afastando a estima e consideração mútua, só permitirão a convivência armada. Muito grave é já a situação em que nos encontramos, que deve fazer lembrar com saudade os tempos em que confiadamente se caminhava por toda a parte, sem preocupação alguma, enquanto que hoje o perigo nos ameaça por todos os lados, e se torna necessária a defeza de uma guarda armada.

Da instrução científica é fácil averiguar a sua deficiência, e peor ainda a sua detestável orientação, implantada em Portugal com a reforma da instrução secundária que ainda nos rege, e que dos Liceus lançou os seus máus rebentos para a instrução superior, e primária. Vivemos na mais descarada mentira: termos sábios e homens fortes, logo desde a escola primária, e que saídos das universidades, deveriam ser portentos e hercules, quando ao contrário fazemos uma educação que só pode conduzir na maior parte dos casos a ignorantes ou raquíticos, tão avessos são os processos empregados, como sempre tenho afirmado.

A educação artística, absolutamente indispensável para a prosperidade e felicidade de um povo, é a bem dizer planta exótica em Portugal. Comtudo, até debaixo do ponto de vista do método de ensino, eu posso afirmar com a maior segurança, ser o desenho, competentemente ensinado, a base mais útil para a educação científica.

Tivemos sempre um ou outro engenheiro notável, temo-los também hoje, alguns saídos das nossas escolas; é, porém, indubitável que estamos muito longe de possuir a indispensável instrução técnica que hoje deve fazer parte principal de todo os institutos de cultura integral, a fim de que Portugal possa ter o desenvolvimento a que estão obrigadas as nações que não queiram encontrar-se numa situação subalterna no convívio mundial.

CAUSAS

O conjunto dos fenómenos que ficam sumariamente expostos, justifica os cuidados que referimos, as preocupações

manifestadas pelos elementos do governo e que alarmam o país. De modo algum devemos considerar irremediável a situação. Mas já sem espaço para expôr os recursos de que pode dispôr-se e algumas das medidas que convirá adoptar para ser conjurado o perigo que nos ameaça, convêm fazer uma rápida investigação sôbre as causas da situação que assim se apresenta.

E sabido que os factores metereológicos não sofreram avaria justificativa das perturbações patenteadas, e é portanto sómente na acção do homem que devemos encontrar as causas que vieram mais uma vez arrancar a população portuguesa do socêgo e relativo bem-estar que vinha disfrutando.

Temos a considerar as acções de ordem externa e interna, e destas ainda convêm especificar as que são da responsabilidade da administração pública, colectivas e individuais.

Que a convulsão geral que tão profundamente sacudiu a humanidade affectou o nosso país, é um facto indiscutível, bem conhecido e sentido.

Desde que Portugal tomou parte na guerra contra a Alemanha, é evidente que o país tinha de abrir uma conta de despesas extraordinárias, e peor do que isso, de perdas irreparáveis, sobretudo de vidas, profundamente para sentir.

Há, porém, a observar que no primeiro período Portugal, longe de sofrer, deveria tirar da guerra pelo menos vantagens proporcionais às que tiveram os países neutrais, como a Espanha; no segundo período, a nossa posição, afastada do campo das operações militares, dava-nos uma situação de relativa vantagem.

Não poderíamos ter pretensões a representar, mesmo nas reduzidas proporções da nossa população, o papel dos Estados Unidos da América do Norte, mas poderia esperar-se que não chegassemos ao pólo oposto àquele que ficou ocupando aquela grande potência.

Infelizmente não é assim. E, sem ter tido os seus campos talados, com perdas marítimas que deveriam ter sido largamente compensadas com o apresamento da frota alemã, prisioneira nos portos portugueses, e cuja tonelagem, é bom lembrar, excedia muito a tonelagem total da nossa marinha mercante, com barcos de superior qualidade e optimo recheio, que deveria ter sido cuidadosamente aproveitado para, quando de direito, compensar os sacrificios feitos, Portugal encontra-se numa situação melindrosa, e a desvalorização da moeda tende rapidamente para o limite trágico a que che-

gou a do império germano, vencido, e dilacerado pelos mais medonhos conflitos.

Emquanto os Estados Unidos adquiriram sobre a libra um prémio de cerca de 1750, Portugal suporta um prejuízo que não é hoje inferior a 16000. Não poderíamos ter pretensões àquele benefício, mas era justo termos escapado ao sacrificio indicado.

Seguramente a acção do Estado falhou em muitas das complexas medidas a adoptar. Não poderia deixar de succeder assim, atenta a instabilidade governativa dos últimos tempos, aiuda há poucos dias atestada na Câmara, na resposta que ali foi dada com a nota do número de ministros que tem havido nos últimos 9 anos, e que é interessante registar, — 366 com 27 presidentes de ministério!

Mas é também certo que a acção de bastantes colectividades contribuiu poderosamente para o desastre que estamos sofrendo, sobretudo por meio de continuadas greves seriadas pelos diversos serviços de que a crescente harmonia é indispensável para o perfeito funcionamento da vida social, e que tiveram como consequência não só perturbar, mas até por vezes paralizá-los completamente.

Dêstes factos, conjugados com a falta do devido aproveitamento da frota mercante, resultou não ter sido possível gosar, em larga medida a oportunidade de consideráveis fornecimentos nas vantajosas condições que a ocasião proporcionava, e de até para a nossa população haver faltas, absolutamente injustificáveis, atendendo aos recursos de que Portugal dispõe na metrópole e nas colónias.

A acção individual poderá ter compensado ligeiramente tantos males: mas, exceptuada uma intensa especulação commercial, é manifesto que pouco se aproveitou da ocasião excepcional de que se dispôs para assegurar novas fontes de produção, e por isso de riqueza.

Felizmente não falharam as gloriosas tradições do nosso exército: ficou-nos a consolação de que os nossos soldados honraram mais uma vez o nome português, batendo-se com valentia nas planícies encharcadas da Flandres, provando uma superior capacidade que repetidas vezes foi elogiada pelos chefes dos exércitos aliados.

Especialmente é interessante observar o muito que deve ter agravado a situação o abuso da circulação fiduciária.

O processo vantajoso de que o Estado dispõe para obter os meios precisos para a execução dos serviços a que é obrigado, para atender às conveniências da colectividade, é o im-

posto equitativo. O Estado é um intermediário que troca os serviços que ordena, e que devem ser de utilidade geral, com outros executados pelo público nos seus trabalhos particulares. Neste caso existe o equilíbrio na economia do país, e a administração é exercida com toda a vantagem.

O empréstimo interno pôde ser um recurso extraordinário justificado por não estar igualmente distribuída a riqueza, e ser preciso um adiantamento feito pelos elementos que dispõem de mais recursos, e que será pago lentamente pelos outros à medida que auferirem os necessários meios.

É evidente que o Estado precisa manejar com toda a prudência estes processos, a fim de não perturbar a produção indispensável para a vida normal da sociedade, e seria grande erro supôr possível a realização de largas obras, embora de reconhecido interesse, num curto período, por quanto exigindo a sua realização o deslocamento de trabalho necessário para a produção da alimentação ou de serviços indispensáveis, provocaria uma grave perturbação, que imediatamente se manifestaria por um incomodo encarecimento da vida.

O empréstimo externo não tem os mesmos inconvenientes, mas fica pezando com os seus encargos sobre a sociedade, e só pode ser admissível se os resultados da sua aplicação forem notavelmente superiores aos encargos que provocar.

É evidente o muito que convêm, em ambos os casos, que a colocação dos empréstimos seja feita ao par, e por juro não inferior ao corrente, o que evitará a criação de uma dívida exagerada.

O recurso pelo Estado à circulação da nota, sem valor intrínseco e sem representação de trabalho produzido, é uma fórmula cómoda de empréstimo sem juro, mas, exactamente por isso mesmo, a peor. O seu abuso acarreta fatalmente a desvalorização da moeda e conseqüentes perturbações, entre elas o encarecimento dos géneros e a alteração do câmbio normal, com grande prejuizo para o país que pratica este erro.

Imaginar que o abuso do recurso à circulação fiduciária pode ter a vantagem de promover o desenvolvimento de um país, favorecendo a instalação de novas empresas, é um erro incompreensível, semelhante ao do *motu* contínuo.

O mecanismo que conduz à perturbação cambial é fácil de compreender. Provocada a alta dos preços pela razão que indicamos, é evidente que a defesa do seu trabalho leva imediatamente os países estrangeiros a atribuir menor valor à

moeda do país que, pelo facto de recorrer à circulação como processo de empréstimo, provocou a alta dos preços dos seus produtos.

RECURSOS E REMÉDIOS

Expostos os factos mais característicos da situação actual, e as suas causas principais, é tempo de terminar. Sumariamente, referir-me-ei ainda aos principais recursos de que dispõe Portugal, e a algumas medidas mais indispensáveis para obviar à crise.

Recursos. — O território e a população são os elementos fundamentais da riqueza de um povo.

O território deve ser apreciado especialmente debaixo do ponto de vista da sua grandeza, qualidade, situação geográfica e meteorológica.

O território de Portugal compõe-se de 89:106^{k2} na metrópole e 2.079:645^{k2} nas suas importantes colónias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor. Falta-lhe o vasto território ocupado pelo Brazil, onde se encontra hoje uma florescente nação, que é um padrão imorredouro da glória portuguesa, mas os domínios que Portugal possui ainda, equivalentes a extensos impérios, e que recordam ao mundo o respeito que através de todas as vicissitudes merece um país que à civilização prestou os mais assinalados serviços, constituem fontes indefinidas de riqueza que, só por si, garantem a toda a nação uma situação de completa independência e riqueza.

Com efeito, estou certo de que o seu desenvolvimento será rápido, e que Portugal, que já tem demonstrado excepcionais qualidades colonizadoras, se afirmará dentro em pouco um país de primeira ordem com o conjunto de importantes civilizações prósperas e ligadas intimamente, como é característico da acção portuguesa, e dão prova as relações da mais íntima amizade e solidariedade que nos unem à admirável civilização brasileira.

Tratando aqui sómente da metrópole é escusado alargar-me para demonstrar o valor do território que ocupamos, e que em todos os tempos foi cubiçado, como bem o demonstram as invasões que aqui tiveram lugar, de helenos, cartagineses, romanos e musulmanos, e a maneira como apetece-ram este canto da Europa, que se não tem as vantagens da Bélgica e Holanda, portas da Europa central, é o país do

velho mundo que de mais perto estende a mão à florescentíssima América, e principalmente às civilizações latinas que ali ocupam importante posição.

Ao mesmo tempo a configuração do seu território, estreita facha ao longo do Oceano, dá ao seu clima qualidades extremamente apreciáveis, e, além de outras muito importantes, vem logo a da economia de combustível, de que o custo se acentua dia a dia.

A nossa extensa costa com numerosos portos, e entre eles o de Lisboa, um dos melhores do mundo, fronteiriço da América, assegura-nos uma situação marítima de primeira ordem, e ao mesmo tempo abre-nos extensas portas para um armazem inexgotável de alimentação, que na costa de Portugal é das mais ricas e variadas. E, felizmente, hoje não só é um abundante recurso para a nossa população, mas também objecto de importante exportação.

Sob o ponto de vista agrícola e industrial, pode afirmar-se que Portugal pode ser tudo quanto queira. Tem marchado vagarosamente, é certo: pode dizer-se, a passo de boi, que arrastadamente percorre as nossas estradas e caminhos acidentados. Mas é necessário, antes de censurar, reconhecer que, dispondo Portugal de multiplas vantagens, como fica constatado, tem fatalmente sofrido da falta de elementos de capital importância nas modernas civilizações — de carvão e de ferro.

Na idade do ferro em que nos encontramos, tem sido o carvão um elemento do maior valor, indispensável para a prosperidade de todas as indústrias, e até da indústria agrícola.

A situação atrasada de Portugal, relativamente ao desenvolvimento dos povos do norte, resulta sem dúvida especialmente dêste facto.

Felizmente está chegado o momento de vencermos esta dificuldade com o aproveitamento da energia hidro-eléctrica. É uma nova era que se abre para Portugal, com a vantagem de hoje poderem ser utilizados os aperfeiçoamentos que proporcionam os porfiados estudos dos últimos tempos.

Não dispõe Portugal de uma riqueza comparável à que possuem a França e Espanha, mas é em todo o caso considerável, avaliada em mais de 600:000 HP, e suficiente sem dúvida para se produzir uma profunda transformação nos processos de produção, e serem enfim aproveitadas importantes riquezas que há tanto tempo esperam a energia precisa para as movimentar.

Com as iustalações hidro-eléctricas poderemos finalmente explorar os nossos jazigos de ferro e de muitos outros minérios, que só por si constituem importante riqueza.

Possuimos regiões que, sendo exactamente das que dispõem de mais valiosos elementos de riqueza, são ainda hoje das mais atrasadas, como succede com a região transmontana, a que tanto me honro de pertencer, e que por emquanto é ainda tristemente notável por ser o Distrito de Bragança aquele que ocupa o primeiro lugar na escala da emigração. Confio absolutamente em que dentro em pouco será dos que mais contribuirá para a riqueza do país, o primeiro em fôrça, e ao mesmo tempo dos primeiros em jazigos mineiros, e dos mais afamados em deliciosas frutas, e na abundância dos mais valiosos produtos da agricultura, o vinho e o azeite.

A população deve ser apreciada pela sua quantidade e qualidade.

Em relação à quantidade, são bastante animadores os resultados acusados pelos censos desde 1864, como se observa no quadro seguinte:

Épocas	População	Aumento	Intervalo	Percentagem anual
1864, 1.º jan.	4.188:410	—	—	—
1878, 1.º jan.	4.550:699	362:289	14 anos	0,62
1890, 1.º dez.	5.049:729	499:030	12 anos	0,85
1900, 1.º dez.	5.423:132	373:403	e 11 meses	0,73
1911, 1.º dez.	5.960:056	536:924	10 anos	0,90
			11 anos	

Actualmente, a despeito das contrariedades sofridas durante o período decorrido desde 1911, com a circunstância do decrescimento reconhecido em 1912 a 1913, respectivamente de 637 e 2:528, e provável em 1918 com a terrível epidemia que invadiu todos os países, é seguro calcular que a população deve exceder os 6 milhões em algumas centenas de milhares, e portanto a densidade por quilómetro quadrado deve exceder o número de 63, encontrado em 1911, a que só eram superiores na Europa os valores apurados para os 10 seguintes países dispostos em ordem decrescente: Inglaterra e Gales 239; Bélgica 227; Holanda 177; Itália

121; Alemanha 120; Austria 95; Suécia 91; França 74; Dinamarca 71; e Húngria 64.

É interessante observar que a população portuguesa, no período que decorre desde 1864, deve ter aumentado em mais de 3 milhões:

Aumento registado pela comparação dos censos de 1864 a 1911	1.711:646
Número registado na emigração e de que as faltas devem ter sido compensadas pelos nascimentos	966:905
Pelo aumento que terá havido depois de 1911...	321:449
Total	3.000:000

No entanto o índice médio fisiológico de 10,3, calculado para o período de 1890 a 1910, só encontra números inferiores na Bélgica, Suíça, Espanha, Irlanda e França, que chegou ao mínimo de 0,8.

Nas colónias dispõe Portugal de uma importante população, para cima de 10 milhões de habitantes, e por todas as partes do mundo se encontra dissiminada a raça portuguesa com consideráveis núcleos em muitas regiões.

Da sua importância é fácil avaliar pela emigração a que já aludi, 966:905 emigrantes desde 1864 a 1911.

No Brazil, que constitue uma brilhante civilização à qual Portugal deu vida, tem o nosso país uma representação numerosa e considerada. Só no Rio de Janeiro calcula-se que existem mais de 7:000 casas comerciais portuguesas. A população portuguesa naquêlê país é avaliada em mais de 800:000 habitantes. São também numerosas as colónias portuguesas da Califórnia (mais de 80:000 habitantes); dos Estados Unidos de Leste (mais de 70:000); de Bombaim (mais de 100:000); das Ilhas de Sandwich (mais de 25:000). Demais na China, no Japão, nas Repúblicas Sul-Americanas e nos Arquipélagos do Pacífico, por toda a parte enfim, há valiosos elementos portugueses a honrar a sua pátria.

As qualidades da raça portuguesa são atestadas por 9 séculos de glórias e lutas durante os quais, com um rápido interregno, tem sustentado a sua independência, e dado as mais notáveis provas de iniciativa e coragem, assinalando durante êles as mais elevadas qualidades, provadas tanto pelos seus reis como por todas as classes sociais, que com a maior honra e denodo sustentaram glorioso o nome de Por-

tugal, vencendo dificuldades de toda a ordem, tanto militares como diplomáticas.

Laboriosa e sofredora, em todos os ramos de actividade humana demonstra a raça portuguesa as suas superiores qualidades, sobressaindo a sua reconhecida bondade. Raras nações podem orgulhar-se de terem dado nascimento a um país como o Brazil; e é bem sabido que merecendo em toda a parte especial consideração a população portuguesa, são sobretudo notáveis as colónias portuguesas que na Califórnia e ilhas de Sandwich ocupam uma situação primordial.

Remédios. — Não é minha intenção expôr aqui, mesmo sucintamente, as multiplas medidas que urge adoptar para melhorar a produção, e consequentemente aumentar a riqueza geral. Demais, é bem certo que se não se progride, não é porque não se saiba quanto é indispensável: — alargar e melhorar a educação agrícola, industrial, artística e commercial, sendo bem conhecido o resultado obtido pela Alemanha, pela forma intensa como realizou a sua obra, neste sentido, sendo justo observar o muito que deveu à acção superiormente intelligente do deposto Imperador, que teve necessidade de impôr a sua vontade ao espirito acanhado dos meios universitários, para que estes tomassem uma orientação moderna e da maior utilidade para o progresso do país; — intensificar o trabalho, hoje talvez reduzido a metade do que devíamos ter; — desenvolver sem limites os meios de comunicação e facilitar os transportes; — dotar os portos de mar com todas as comodidades modernas, indispensáveis para serem appetidos pela navegação; — criar reservas de água que compensem o irregular regime das chuvas, que tanto prejudica Portugal, e ainda com o mesmo fim, e como nova fonte de riqueza, dar maior incremento às plantações florestais; — desenvolver a pomicultura, que só por si deve ser uma fonte importantissima de riqueza, com as excepcionais condições de terreno e clima de que dispõe Portugal; — e sobre tudo multiplicar indefinidamente a máquina de que o uso domina hoje todo o trabalho, e deve ser companheira inseparável do homem, desde que o acorda, conduz a todas as distâncias, e por todas as formas, por cima da terra, das águas, através da terra, e até por cima dos ares e por baixo dos mares; que prepara a terra, semeia, amanha, colhe, enceleira, distribue, manipula, fia, tece, constroe, e, emfim, cómodamente nos faz ver e ouvir o mundo inteiro; — e, por-

tanto, dispôr de força, de muita força, sem nunca esquecer que a principal força, e a principal máquina, é sempre a força e a máquina humana.

Justifica não nos determos mais neste assunto a propaganda activa dos últimos tempos, em que destacaram as importantes conferências que por iniciativa do *Diário de Notícias* tem sido realizadas por individualidades altamente reputadas.

Deve estar dito tudo, debaixo dêste ponto de vista. Falta só passar à acção e executar. Mas a verdade é que todos êstes remédios, de fácil conselho, serão de pouco ou nenhum efeito, se não se tratar de investigar as causas profundas dos males de que se queixa todo o país, todos os grupos políticos, todas as classes, todos os indivíduos, e de empregar urgentemente os meios indispensáveis para as debelar.

De modo algum admito que se trate de uma crise moral da nação. Pelo contrário, estou certo de que as belas qualidades do carácter português subsistem e garantem o futuro.

Mas, infelizmente, a onda de desvairamento que se espalhou pela humanidade, e que é caracterizada por uma ância insofrida de mal entendidos prazeres, e por uma conseqüente disposição para o abandono do trabalho, única fonte de verdadeiras satisfações, atingiu também o nosso país na sua parte mais vulnerável, — na capital, que ainda há pouco dava o mais lastimoso espectáculo de desorientação com numerosas casas, umas opulentas, outras miseráveis, a envenenarem as qualidades de um povo essencialmente trabalhador e bom.

Eis o mal, causa de todos os males. Vem de longe, e urge que todas as forças sãs do país, que são muitas, mas estão desconexas, e por isso sem acção efectiva, se unam num esforço supremo para o extirparem pela raiz, e sanearem êste organismo digno da melhor sorte, — para salvar a pátria.

É preciso opôr à propaganda dissolvente que tudo subverte e destroe, a da moralidade e do trabalho, devidamente apreciado e equitativamente remunerado, sem agravos de classes nem de indivíduos. É urgente que a errada fórmula — *democracia social* — inventada pela especulação que baseia a sua acção na destruição, seja substituída pela de — *aristocracia social* — que eleve e dignifique todas as classes e todos os indivíduos, igualmente nobres, desde que cumpram os seus

deveres domésticos e sociais, em harmonia com as suas forças.

Num ponto de vista mais restricto só acrescentarei que é indispensável que a administração pública deixe de perturbar o país com inúmeras medidas, muitas vezes inoportunas e prejudiciais, e que permitindo e facilitando a iniciativa individual, a mais larga e proficua acção, tenha como especial objectivo garantir a ordem, a integridade e a justiça.

COSTA LOBO.